



**Estratégia**  
Concursos

**24° SIMULADO**

**TJRJ**

**TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA**  
**PÓS-EDITAL**

# Simulado Especial

## 24º Simulado TJ-RJ – Técnico de Atividade Judiciária

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <http://bit.ly/Simulado-TJRJ-Técnico-20-09-20>**

01 – A B C D E  
02 – A B C D E  
03 – A B C D E  
04 – A B C D E  
05 – A B C D E  
06 – A B C D E  
07 – A B C D E  
08 – A B C D E  
09 – A B C D E  
10 – A B C D E  
11 – A B C D E  
12 – A B C D E  
13 – A B C D E  
14 – A B C D E  
15 – A B C D E  
16 – A B C D E  
17 – A B C D E  
18 – A B C D E  
19 – A B C D E  
20 – A B C D E

21 – A B C D E  
22 – A B C D E  
23 – A B C D E  
24 – A B C D E  
25 – A B C D E  
26 – A B C D E  
27 – A B C D E  
28 – A B C D E  
29 – A B C D E  
30 – A B C D E  
31 – A B C D E  
32 – A B C D E  
33 – A B C D E  
34 – A B C D E  
35 – A B C D E  
36 – A B C D E  
37 – A B C D E  
38 – A B C D E  
39 – A B C D E  
40 – A B C D E

41 – A B C D E  
42 – A B C D E  
43 – A B C D E  
44 – A B C D E  
45 – A B C D E  
46 – A B C D E  
47 – A B C D E  
48 – A B C D E  
49 – A B C D E  
50 – A B C D E  
51 – A B C D E  
52 – A B C D E  
53 – A B C D E  
54 – A B C D E  
55 – A B C D E  
56 – A B C D E  
57 – A B C D E  
58 – A B C D E  
59 – A B C D E  
60 – A B C D E

**PORTUGUÊS****Adriana Figueiredo****Os pobres**

Todo o mundo conhece os pobres. Os despossuídos de tudo, humilhados pela vida que lhes foi roubada. As gentes tristes do mundo. As sem pão e sem beleza. As a que falta esperança. Que vivem dentro de um horizonte tão retraído que nele não cabe um futuro que não seja a repetição da vida ruim. Para eles e seus filhos. E netos. Como se a pobreza fosse genética e hereditária. Um fato da natureza. Ou um castigo de Deus, dos que vão passando através de gerações.

Nada de natureza, nada de Deus. Pobreza não é castigo. É imposição. Ninguém tem na pobreza qualquer alegria. Os catadores de lixo encontram nessa atividade o muito pouco com que se sustentam e às suas famílias, quando elas também não estão enterradas na sujeira dos outros, selecionando coisas ainda aproveitáveis, sabe-se lá para quê. É o limite do desespero. Salvar da aniquilação os rejeitos de vidas alheias, que, para quem está abaixo de todas as linhas da pobreza e da dignidade, valem a própria vida. Urubus voam por cima dos lixões. Aquelas montanhas são seus territórios de morte. Os que catam lixo disputam a vida com os urubus.

Sei que separar o lixo é uma atividade ecológica e economicamente relevante. O inadmissível é que ela não seja feita na recolha seletiva prévia do que ainda serve para algum fim útil e do que está destinado à putrefação dos cadáveres. Os catadores chafurdam em todas as porcarias para extrair delas uma garrafa, uma tampa de sanitário, uma bota velha de um só pé. Resgatam do naufrágio coisas tristes como eles, os jogados fora por uma sociedade que desperdiça coisas como desperdiça pessoas. Que joga fora o que não serve. Os pobres não servem para uma sociedade que consome acima dos limites de uma vida comum. Ou servem: alguém precisa fazer o trabalho sujo.

Penso num poema de Manuel Bandeira. Algo, um bicho certamente, remexia nas latas de lixo. “Quando achava alguma coisa, não examinava nem cheirava: engolia com voracidade.” E os olhos insones do poeta se estarreceram quando viu a verdade da miséria: “O bicho não era um cão, não era um gato, não era um rato. O bicho, meu Deus, era um homem.” Esses bichos são homens. São como eu e vocês, meus companheiros de sábado. São homens.

E a fome! Meu Deus, a fome! A nós ronca o estômago quando se espaça demais o intervalo entre as refeições. A barriga dos pobres já não ronca. Seu vazio não tem o conforto da proximidade da próxima comida. São barrigas tristes. De dor interna e de abandono. Deitados nos cantos dos edifícios, nas calçadas onde moram, estendem mãos sem esperança. “Para comer”, dizem. E nós passamos, tomando distâncias cautelosas, pela ponta dos meios-fios. Podem ser perigosos. Estão sujos. E cheiram mal.

Passamos ao largo. Tomamos distância. Fugimos. Deles, sim. Mas, no mais fundo das nossas consciências adormecidas, fugimos de nós. Os pobres, lixo da vida, estão lá — e nem nos acusam! — e nos lembram do outro lixo, aquele em que jogamos coisas ainda usáveis, sem pensarmos que alguém naquela calçada podia fazer com elas uma roupa, um abrigo para o frio. Um farrapo de esperança digna. Fugimos do beco onde algo chafurda nas latas de lixo, e come com voracidade o que encontra. E não é um bicho, meu Deus. É um homem.

D’AMARAL, M. T. Rio de Janeiro, **O Globo**, 7 maio 2016.  
Adaptado.

**1. De acordo com o texto, a pobreza**

- a) É uma escolha feita pelas pessoas tristes do mundo.
- b) É uma imposição da natureza que também revela o limite do desespero.
- c) É caracterizada como uma imposição na vida daqueles que são despossuídos de tudo.
- d) É necessária, visto que existem papéis dentro da sociedade a serem cumpridos.
- e) Pode ser considerada como um castigo divino, pois é algo que passa de geração em geração.

2. De acordo com o texto, os catadores de lixo são como

- a) cadáveres, pois não têm direito à vida
- b) bichos que remexem as latas de lixo
- c) gatos de ruas
- d) deuses modernos.
- e) naufragos abandonados.

3. As relações sintático-semânticas do período “Essa estratégia do marketing pode ser vista como inimiga do consumidor, uma vez que o incentiva a adquirir mais produtos sem realmente ser necessário.” seriam preservadas caso a conjunção “uma vez que” fosse substituída por

- a) Por conseguinte.
- b) Ainda que.
- c) Conforme.
- d) Desde que.
- e) Pois.

4. No texto “O caso é que o aluno não admitira a culpa de forma espontânea”, com o emprego da forma verbal “admitira”, exprime-se

- a) a anterioridade de uma ação em relação a outra.
- b) a concomitância de uma ação em relação a outra.
- c) o resultado presente de ação ocorrida no passado.
- d) o ponto inicial de ação ocorrida no passado.
- e) a continuidade de uma ação ocorrida no passado.

5. Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita que altera o seguinte trecho: “Os gêneros textuais têm estruturas específicas. Há a escolha da linguagem, um contexto de circulação, uma lógica sequencial, um percurso de leitura, uma função social.”. Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção e os sentidos originais do texto.

a) Os gêneros textuais têm estruturas específicas há a escolha da linguagem, um contexto de circulação, uma lógica sequencial, um percurso de leitura, uma função social.

b) Os gêneros textuais têm, estruturas específicas, há a escolha da linguagem, um contexto de circulação, uma lógica sequencial, um percurso de leitura, uma função social.

c) Os gêneros textuais têm estruturas específicas: há a escolha da linguagem, um contexto de circulação, uma lógica sequencial, um percurso de leitura, uma função social.

d) Os gêneros textuais têm estruturas específicas, pois, há a escolha da linguagem, um contexto de circulação, uma lógica sequencial, um percurso de leitura, uma função social.

e) Os gêneros textuais têm estruturas específicas: e há a escolha da linguagem, um contexto de circulação, uma lógica sequencial, um percurso de leitura, uma função social.

6. A correção gramatical do trecho “As pesquisas de opinião mostram que a determinação de regras em certos locais, como as normas de condomínio e a administração de certos locais, atendem as demandas que são necessárias para o bom convívio social.” seria preservada se fosse inserido sinal indicativo de crase em

- a) “as pesquisas”
- b) “a determinação”.
- c) “as normas”.
- d) “a administração”.
- e) “as demandas”.

7. No trecho “As revistas especializadas dão alguns conselhos: não entre em sites desconhecidos e não compartilhe notícias sem fonte confiável.”, os dois-pontos foram utilizados para introduzir uma

- a) ressalva.
- b) enumeração.
- c) explicação
- d) hipótese.
- e) enunciação.

8. Na frase “A pior dor é a dor de olvido”, o vocábulo “olvido” foi empregado no sentido de

- a) perceber.
- b) esquecer.
- c) espionar.
- d) escutar.
- e) obedecer.

9. Na frase “Aquele era o apartamento no qual passei grande parte da minha vida”, caso o vocábulo “passei” fosse substituído por “aluguei”, o termo “no qual” poderia ser substituído, sem prejuízo à correção, por

- a) onde.
- b) que.
- c) cujo.
- d) em cujo.
- e) aonde.

10. No período “Para romper essa noção, articulam-se definições científicas que possibilitam um novo entendimento do funcionamento de sociedade.” o termo “definições científicas” é:

- a) sujeito sintático de “possibilitam”
- b) complemento de “articulam-se”.
- c) agente da ação expressa por “articulam-se”.
- d) sujeito sintático de “articulam-se”.
- e) Sujeito sintático tanto de “articulam-se” quanto de “possibilitam”.

#### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)**

**Marcos Girão**

11. Analise as assertivas abaixo sobre os magistrados, conforme o texto da LODERJ:

I. Os cargos de Desembargador, Juiz de Direito e Juiz Substituto serão providos por ato do Presidente do Tribunal de Justiça ou do Governador do Estado, na forma e nos casos estabelecidos pela Lei Orgânica do Estado.

II. A carreira da magistratura, em primeira instância, é composta por Juízes Substitutos, Juízes de Entrância Comum e Juízes de Entrância Especial.

III. Os Juízes Substitutos terão exercício pleno nas Regiões Judiciárias, ressalvada a Comarca da Capital, na qual poderão exercer funções de auxílio.

IV. O Presidente do Tribunal de Justiça poderá convocar, a qualquer tempo, em face de imperiosa necessidade do serviço, Juízes de Direito Titulares de qualquer Entrância, integrantes da primeira quinta parte da antiguidade, para compor as Câmaras.

Marque a alternativa correta.

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I e IV.
- e) II e IV.

**12.** De acordo com a LODERJ, sobre o Tribunal Pleno, é incorreto afirmar que:

- a) O Tribunal Pleno, órgão máximo da estrutura do Tribunal de Justiça, constituído por todos os Desembargadores, tem sua competência definida na Constituição da República, na Constituição do Estado e no seu Regimento, podendo autoconvocar-se para deliberar sobre matérias que entenda estratégicas para a organização e o funcionamento do Poder Judiciário.
- b) Compete, exclusivamente, ao Tribunal Pleno, eleger os membros da Administração Superior do Tribunal de Justiça, na forma prevista no Regimento Interno.
- c) O Tribunal Pleno será convocado pelo Presidente do Tribunal ou mediante autoconvocação para deliberação sobre critérios de sua competência.
- d) A autoconvocação deverá ser formulada com indicação de pauta específica.
- e) O quórum mínimo para instalação do Tribunal Pleno será de 120 desembargadores, isto é dois terços dos cargos existentes.

**13.** O desenvolvimento do serventuário nas carreiras de que trata esta Lei ocorrerá entre os padrões remuneratórios, a cada \_\_\_\_\_, mediante promoção ou progressão funcional. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna acima, segundo a Lei estadual n.º 4.620/2005:

- a) 03 anos.
- b) 04 anos.
- c) 01 ano.
- d) 02 anos.
- e) 05 anos.

#### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)**

Thálius Moraes

**14.** Considerando as disposições do Decreto nº 2.479/1979, que regulamenta o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se funcionário, para fins desse regulamento, somente a pessoa legalmente investida em cargo público efetivo estadual, previsto no Plano de Cargos e Vencimentos do Estado do Rio de Janeiro.
- b) Reversão é o retorno ao serviço público estadual do funcionário colocado em disponibilidade.
- c) Por motivo de saúde ou de incapacidade física, será cabível o aproveitamento do servidor em função mais compatível com sua limitação.
- d) É dever do funcionário levar ao conhecimento de autoridade superior irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ou mesmo fora dele.
- e) É proibido ao funcionário atuar como procurador ou intermediário perante órgãos estaduais, salvo quando se tratar de percepção de vencimento, remuneração, provento ou vantagem de parente até segundo grau.

### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)**

**Tiago Zanolla**

**15.** Ruan Pablo foi eleito Presidente do Tribunal. Já Manoelito Chaves, Diretor da Escola da Magistratura. Segundo o Regimento Interno do TJ-RJ,

- a) Ruan Pablo foi eleito pelo Tribunal Pleno e Manoelito Chaves pelo Órgão Especial.
- b) Ruan Pablo foi eleito pelo Tribunal Pleno e Manoelito Chaves pelo Conselho Superior da Magistratura.
- c) Ruan Pablo e Manoelito Chaves foram eleitos pelo Tribunal Pleno.
- d) Ruan Pablo e Manoelito Chaves foram eleitos pelo Órgão Especial
- e) Ruan Pablo foi eleito pelo Órgão Especial e Manoelito Chaves pelo Conselho Superior da Magistratura.

**16.** Segundo o Regimento Interno do TJ-RJ,

- a) O Tribunal Pleno julgará o Governador do Estado nos Crimes comuns.
- b) O Órgão Especial julgará o Vice-Governador do Estado nos Crimes comuns.
- c) O Tribunal Pleno julgará o Governador do Estado nos Crimes de responsabilidade.
- d) O Órgão Especial julgará o Vice-Governador do Estado nos Crimes de responsabilidade.
- e) O Tribunal Pleno julgará os Desembargadores e membros dos Tribunais de Contas nos crimes de responsabilidade.

**17.** Acerca do que dispõe o Regimento Interno do TJ-RJ, os mandados de segurança e habeas data, quando impetrados contra atos do Corregedor-Geral de Justiça serão julgados pelo(as)

- a) Tribunal Pleno

b) Órgão Especial

c) Câmaras Cíveis em Divergência

d) Câmaras Cíveis Reunidas

e) Grupos de Câmaras Cíveis

**18.** Acerca do que dispõe o Regimento Interno do TJ-RJ, as arguições de impedimento e suspeição opostas a Desembargadores e ao Procurador-Geral de Justiça quando não reconhecidas serão julgados pelo(as)

a) Tribunal Pleno

b) Órgão Especial

c) Conselho Superior da Magistratura

d) Câmaras Cíveis Reunidas

e) Grupos de Câmaras Cíveis

### **DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**Lilian Novakoski**

**19.** Com base na Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e Lei nº 10.048/2000 (Prioridade de atendimento às pessoas com deficiência), assinale a alternativa correta:

- a) A lei de acessibilidade vigente só contempla as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida permanentemente.
- b) Incube ao poder público e a iniciativa privada, a oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação
- c) Terão garantia de atendimento prioritário as pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, as gestantes, as lactantes, as mulheres com crianças de colo e os obesos.

d) Os serviços socioassistenciais para pessoa com deficiência em situação de dependência incluem a prestação de cuidados básicos e instrumentais por cuidadores sociais.

e) Nos programas habitacionais públicos, pessoas com deficiência têm prioridade de aquisição de imóvel para moradia própria, com reserva de percentual mínimo de 5% de unidades para elas.

### ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Thállius Moraes

**20.** Considerando as disposições da Lei 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa, considere os próximos itens.

I - A transitoriedade do exercício da função pública não é fator que impossibilita a aplicação das regras relacionadas a improbidade administrativa.

II - A aplicação das sanções previstas na lei de improbidade administrativa, no caso de atos que importem em enriquecimento ilícito, dependem da rejeição, pelo respectivo tribunal de contas, das contas do servidor indiciado.

III - Qualquer pessoa, ainda que de forma anônima, poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade. Está correto apenas o indicado em

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I.
- d) II.
- e) II e III.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

**21.** Considerando as regras aplicáveis à organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) As empresas estatais adquirem personalidade jurídica com a lei que autoriza a sua criação.

b) Na desconcentração administrativa um ente da Administração Indireta é instituído por meio de lei, responsável por criar ou autorizar a sua criação.

c) As fundações públicas de direito público são criadas diretamente por lei, não necessitando de registro para a aquisição de sua personalidade jurídica.

d) As empresas estatais são dotadas de personalidade jurídica de direito privado, podendo adotar qualquer modalidade societária admitida em direito.

e) As autarquias, por serem pessoas jurídicas de direito público, são dotadas de autonomia política.

**22.** De acordo com as regras constitucionais e das disposições doutrinárias e jurisprudenciais acerca da acessibilidade aos cargos públicos, é correto afirmar que

a) a aprovação em concurso público de provas, ou de provas e títulos, é requisito indispensável para o acesso aos cargos públicos.

b) os aprovados dentro das vagas previstas no edital não possuirão direito subjetivo à nomeação em determinados casos excepcionais, diante de situações supervenientes, relevantes e inevitáveis.

c) a desistência de candidato melhor colocado não é situação passível de gerar direito subjetivo à nomeação para o candidato que estava fora das vagas.

d) o portador de visão monocular não se enquadra como deficiente para fins de concorrer nas vagas reservadas aos portadores de deficiência.

e) a fase de títulos possui caráter eliminatório e classificatório.

**23.** Acerca dos poderes da Administração Pública, é correto afirmar que

a) Os poderes administrativos são exercidos exclusivamente pelo Poder Executivo, que é o responsável pela prestação dos serviços públicos.

b) A atribuição de rever atos praticados por subordinados e de fiscalizar a sua atuação são decorrências do poder disciplinar.

c) O poder de polícia é utilizado na aplicação de penalidades a particulares que não possuam um vínculo jurídico específico com o Estado, em razão de sua natureza eminentemente repressiva.

d) Decorre do poder hierárquico a edição de atos normativos cujo objetivo é ordenar a atuação de órgãos subordinados.

e) O poder regulamentar permite que a administração pública regule assuntos não abordados pela legislação.

**24.** Os atos administrativos são praticados pela Administração Pública no desempenho de sua função administrativa. Acerca do assunto, assinale a alternativa correta.

a) Conforme a teoria dos motivos determinantes, todos os atos administrativos

devem ser motivados, de forma que se os motivos alegados forem falsos ou inexistentes, o ato será ilegal.

b) São elementos dos atos administrativos a competência, a finalidade, a forma, a motivação e o objeto.

c) O silêncio administrativo produz efeitos de concordância, salvo nos casos vedados pela lei.

d) Atos compostos implicam duas vontades que se fundem em um único ato.

e) É vedada, em qualquer situação, a revogação de atos vinculados.

**25.** Acerca da convalidação dos atos administrativos, considere os próximos itens.

I - A convalidação somente pode ser realizado por uma autoridade superior à autoridade que praticou o ato convalidado.

II - A convalidação produz efeitos retroativos.

III - Atos nulos não são passíveis de convalidação.

IV - Embora vícios no elemento forma sejam passíveis de convalidação, existem exceções.

É correto apenas o disposto em

a) I, II, III e IV.

b) I, III e IV.

c) II e IV.

d) II e III.

e) II, III e IV.

**26.** Sebastião, motorista de uma ambulância municipal, estava dirigindo em alta velocidade, em razão do atendimento de uma emergência, quando abalroou um veículo particular que estava parado no semáforo. Acerca da responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

a) O proprietário do veículo particular poderá ajuizar a ação indenizatória contra o Município ou contra Sebastião.

b) No caso em tela, tanto a responsabilização na ação principal, quanto na ação regressiva, independem da comprovação de dolo ou culpa do agente público responsável pelo dano.

c) Nessa situação narrada, com base no risco integral, a responsabilidade estatal se dá de forma objetiva.

d) É incabível o litisconsórcio passivo nesses casos.

e) Inexiste dever estatal de indenizar, pois, nesses casos, é permitido que o veículo público transitasse em velocidade acima da permitida.

**27.** Acerca do controle judicial dos atos praticados pela Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) A teoria dos motivos determinantes sustenta que a apreciação judicial dos motivos apresentados como justificadores de um ato administrativo não caracteriza invasão do juízo discricionário do poder executivo.

b) Caso a Administração pratique um ato administrativo discricionário que tenha sido expedido em desacordo com o princípio da moralidade e da proporcionalidade, não será cabível o controle judicial desse ato, tendo em vista o Princípio da Tripartição de Poderes.

c) A coisa julgada administrativa impede a revisão judicial da decisão proferida.

d) É vedado que o controle judicial seja realizado de forma preventiva, pois essa modalidade de controle verifica somente a conformidade do ato praticado com o ordenamento jurídico.

e) O controle judicial analisa a conveniência e oportunidade dos atos, de maneira a reapreciar a decisão adotada pelo administrador.

**28.** Determinado órgão estatal publicou um edital de licitação, cujo objetivo era a contratação de determinados serviços. Nesse processo licitatório foi adotada a modalidade concorrência, sob o critério do menor preço, sendo estabelecido um prazo de quarenta dias para a apresentação das propostas pelos licitantes interessados em participar do certame. No caso narrado, o prazo fixado para a apresentação das propostas foi

a) adequado, pois o prazo mínimo, nesse caso, seria de quinze dias.

b) adequado, pois o prazo mínimo, nesse caso, seria de trinta dias.

c) inadequado, pois o prazo mínimo, nesse caso, seria de quarenta e cinco dias.

d) inadequado, pois o prazo, nesse caso, deveria ser de trinta dias.

e) inadequado, pois o prazo, nesse caso, deveria ser de quarenta e cinco dias.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Nelma Fontana**

**29.** A respeito dos Princípios Fundamentais, indique a alternativa correta.

a) A forma republicana de governo integra expressamente o chamado núcleo duro da Constituição, mais conhecido como cláusula pétrea.

b) Não-intervenção; dignidade da pessoa humana e concessão de asilo político são princípios que regem as relações internacionais do Brasil.

c) Construir uma sociedade livre, justa e igualitária e erradicar a pobreza e a marginalização são exemplos de objetivos da República Federativa do Brasil enumerados expressamente no texto da Constituição Federal.

d) O Brasil adota o modelo de democracia indireta, segundo o qual embora a titularidade do poder seja do povo, seu exercício se dá apenas por meio dos representantes eleitos.

e) A República Federativa do Brasil, conforme expressamente estabelecido pela Constituição Federal, buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

**30.** A respeito dos direitos e garantias fundamentais, aponte a alternativa correta.

a) A enumeração dos direitos fundamentais no texto constitucional não é exaustiva, de forma que há também direitos e garantias fundamentais nas leis infraconstitucionais e nos tratados internacionais.

b) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato e nem o registro no órgão competente, uma vez que o direito é decorrente de liberdade.

c) O brasileiro que adquirir outra nacionalidade perderá, automaticamente, a nacionalidade brasileira.

d) Uma das características dos direitos e garantias fundamentais é a ilimitabilidade.

e) Os direitos e garantias fundamentais enumerados na Constituição Federal são assegurados apenas aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil.

**31.** A EC 45/2004 criou o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para controlar a atuação administrativa e financeira do Ministério Público e o cumprimento dos deveres funcionais de seus membros. A respeito desse órgão, indique a assertiva INCORRETA.

a) O CNMP compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

b) Na composição do CNMP, constam dois advogados e dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada.

c) Cabe ao CNMP rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.

d) O Corregedor nacional será escolhido pelo CNMP, em votação secreta, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução.

e) Cabe ao CNMP, conforme redação da Constituição Federal, avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou aposentadoria compulsória a membros do Ministério Público, além de aplicar outras sanções administrativas.

**32.** A respeito da organização político-administrativa do Estado, aponte a alternativa correta.

a) A Constituição Federal proíbe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios mantenham com cultos religiosos ou igrejas qualquer tipo de aliança, uma vez que o Estado é laico.

b) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a lei estadual que disponha sobre porte de arma de fogo, por invadir matéria da competência da União.

c) As competências da União e dos estados estão expressas na Constituição Federal, mas as competências municipais são, em regra, residuais.

d) Compete aos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de gás canalizado.

e) É competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre direito financeiro, direito econômico, direito urbanístico e direito agrário.

**33.** A respeito do Poder Legislativo, indique a alternativa correta.

a) A instauração de processo criminal contra Deputados e Senadores depende de prévia autorização legislativa, por decisão da maioria absoluta dos membros da respectiva Casa do Congresso Nacional.

b) Nenhum estado da federação poderá eleger menos de nove ou mais de setenta Deputados Federais.

c) O Senado Federal compõe-se de representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Cada estado e o Distrito Federal elegem três Senadores, independentemente de sua população.

d) Em regra, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas Comissões são tomadas por maioria absoluta de seus membros.

e) As Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, diferentemente do que se aplica às Comissões Parlamentares de Inquérito, não podem convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto determinado.

**34.** O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro processou e julgou, originariamente, *habeas corpus*, tendo sido a decisão denegatória. O impetrante, caso não concorde com a decisão prolatada, poderá manejar recurso

a) ordinário ao Supremo Tribunal Federal.

b) especial ao Superior Tribunal de Justiça.

c) ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.

d) extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.

e) especial ao Supremo Tribunal Federal.

**35.** A respeito do Poder Executivo, aponte a alternativa em que o Presidente da República atua como Chefe de Estado.

a) nomear e exonerar os Ministros de Estado.

b) vetar projetos de lei, total ou parcialmente.

c) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

d) decretar e executar a intervenção federal.

e) editar medidas provisórias com força de lei.

**36.** De acordo com a Constituição Federal, o servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado

a) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma da lei complementar.

b) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco), ou aos 70 (setenta) anos de idade, na forma da lei complementar.

c) compulsoriamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma da lei complementar.

d) compulsoriamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco), ou aos 70 (setenta) anos de idade, na forma da lei complementar.

e) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 80 (oitenta) anos de idade, na forma da lei complementar.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

**37.** Os princípios do contraditório e da ampla defesa ocupam espaço de destaque no Código de Processo Civil, permitindo que as partes sejam devidamente informadas dos atos processuais e influenciem na formação do convencimento do juiz. Sobre os referidos princípios, assinale a alternativa correta:

a) Ao juiz é vedado decidir contra ou a favor de uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

b) Para que seja concedida qualquer tutela provisória, exige-se que as partes sejam ouvidas antecipadamente.

c) Exige-se a oitiva prévia da parte antes da concessão da tutela provisória de urgência.

d) Ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício, o juiz deverá conceder às partes oportunidade de se manifestar antes de proferir sua decisão.

e) Em se tratando de ação monitória, diante da falta de título executivo, a oitiva prévia das partes é fundamental em todas as fases do processo.

**38.** O Código de Processo Civil regula casos em que o Estado brasileiro exerce a jurisdição, mas admite que outros países também a exerçam, e casos em que a jurisdição brasileira será exercida com exclusividade sobre qualquer outra. Sobre tais limites, é correto afirmar:

a) Não compete exclusivamente à autoridade judiciária brasileira proceder à partilha de bens situados no Brasil em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável quando o titular for de nacionalidade estrangeira.

b) As ações relativas a imóveis situados no Brasil são de competência concorrente da autoridade judiciária brasileira e da autoridade judiciária do domicílio do réu.

c) Se o tratado internacional contiver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro, a ação não poderá ser processada e julgada pela autoridade judiciária brasileira.

d) A ação proposta perante tribunal estrangeiro induz litispendência e obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.

e) A pendência de causa perante a jurisdição brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.

**39.** Há modificação da competência quando ocorre uma ampliação da esfera de competência de um órgão Judiciário que não era, originalmente, competente para conhecer da causa. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) Havendo abusividade da cláusula de eleição de foro, o réu deverá alegá-la no bojo da contestação, sob pena de preclusão.

b) A eleição de foro obriga apenas as partes contratantes, não sendo aplicada aos seus herdeiros e sucessores.

c) Por tratar-se de um exercício de autonomia da vontade das partes, o magistrado não poderá exercer qualquer controle sobre a cláusula de eleição de foro estabelecida.

d) As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações. A eleição produzirá efeitos quando constar de instrumento escrito ou quando firmada oralmente pelas partes capazes.

e) A competência funcional pode ser objeto de convenção entre as partes.

**40.** O *amicus curiae* é o terceiro que, conquanto não tenha interesse jurídico próprio que possa ser atingido pelo resultado da demanda, representa um interesse institucional que convém ser manifestado para que, eventualmente, possa ser considerado quando do julgamento. Sobre essa espécie de intervenção, pode-se afirmar que:

a) o *amicus curiae* submete-se aos mesmos ônus que as partes e gozará dos mesmos poderes e faculdades processuais.

b) a participação do *amicus curiae* poderá ocorrer por solicitação do juiz ou relator, a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se.

c) de acordo com a natureza jurídica do *amicus curiae* admitido no processo, haverá a alteração de competência para o juízo federal.

d) o *amicus curiae* detém legitimidade para os embargos de declaração e para recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas e do incidente de assunção de competência.

e) a decisão que admite o *amicus curiae* é recorrível por agravo de instrumento.

**41.** Os atos processuais devem ser realizados em tempo e lugar adequados para que sejam reputados válidos e sem vícios. Assinale a alternativa que se apresenta em conformidade com as disposições do Código de Processo Civil:

a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.

b) Quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano ao ato processual, este poderá ser concluído após o horário limite.

c) Ao oficial de justiça é vedado, sem autorização do magistrado, realizar citações, intimações e penhoras em dias úteis fora do horário estabelecido pelo Código de Processo Civil.

d) Em se tratando de prática eletrônica de ato processual, esta poderá ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo. Nesse caso, deve-se considerar o horário vigente no local de peticionamento do procurador.

e) É vedada a prática de atos processuais durante as férias forenses e nos feriados.

**42.** A revelia é considerada um ato-fato processual, consistente na não apresentação tempestiva da contestação. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e serão considerados procedentes os pedidos formulados pelo autor na petição inicial.

b) A presunção de veracidade, um dos efeitos da revelia, será observada em todos os casos.

c) O revel só poderá intervir no processo até o proferimento da decisão.

d) Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

e) A revelia produzirá todos os seus efeitos, ainda que o litígio verse sobre direitos indisponíveis.

**43.** Findo o prazo para a contestação, o juiz tomará, conforme o caso, as providências preliminares adequadas Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Ao réu revel será lícita a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, em qualquer momento que intervenha no processo em respeito ao contraditório e à ampla defesa.
- b) O autor e o réu não serão intimados para especificar as provas que pretendam produzir nessa fase processual.
- c) Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, este será ouvido no prazo de 10 (dez) dias, permitindo-lhe o juiz a produção de prova.
- d) O juiz determinará a correção de eventuais irregularidades e vícios sanáveis no prazo de 15 (quinze) dias.
- e) Cumpridas as providências preliminares ou não havendo necessidade delas, o juiz proferirá julgamento conforme o estado do processo, podendo decidir apenas parcela do processo.

**44.** A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada. Sobre referida espécie recursal, pode-se afirmar:

- a) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento do fundamento acolhido apenas.
- b) Ainda que esteja em condições de imediato julgamento, o Tribunal deverá determinar a remessa dos autos ao juízo *a quo* quando decretar a nulidade da sentença por falta de fundamentação.
- c) O Tribunal deve decidir o mérito quando o processo estiver em condições de imediato julgamento e for constatada a omissão no exame de um dos pedidos.

d) Não é possível impugnar, na apelação, o capítulo da sentença que revoga a tutela provisória.

e) As questões de fato propostas no juízo inferior não poderão ser suscitadas na apelação, ainda que a parte prove que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**Priscila Silveira**

**45.** De acordo com o entendimento doutrinário majoritário, analise a seguinte situação hipotética: Luiz Guilherme e Alexandre César foram presos em flagrante delito. O juiz que analisou a prisão em flagrante concedeu a Luiz Guilherme a liberdade provisória mediante o recolhimento de fiança arbitrada em um salário mínimo. Quanto a Alexandre César, foi-lhe decretada a prisão preventiva. Antes que o autuado Luiz Guilherme recolhesse o valor da fiança e que o defensor impetrasse habeas corpus em favor de Alexandre César, entrou em vigor lei processual penal nova mais gravosa, que tratou tanto da fiança quanto da prisão preventiva. Nesse caso, a lei processual penal nova

- a) aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior para a prisão preventiva. Entretanto, à fiança aplicar-se-ão os dispositivos que forem mais favoráveis ao interessado.
- b) deverá ser aplicada desde logo tanto à fiança quanto à prisão preventiva, vez que são leis processuais penais puras.
- c) aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior à fiança. Entretanto, à prisão preventiva aplicar-se-ão os dispositivos que forem mais favoráveis ao interessado.
- d) não deverá ser aplicada a norma mais gravosa, pois tanto a fiança quanto a prisão preventiva são normas híbridas e, portanto, terão os dispositivos mais favoráveis aplicáveis ao interessado, devendo ser aplicada a lei do momento da prática delitiva.

e) deverá ser aplicada a norma desde logo ao caso em pareço, vez que o Código de Processo Penal determina a imediatidade da aplicação nas normas híbridas ou mistas.

**46.** De acordo com os Princípios e garantias processuais penais fundamentais, responda a assertiva correta:

a) O princípio do *nemo tenetur se detegere* é corolário da garantia constitucional do direito ao silêncio e impede que todo o acusado seja compelido a produzir ou contribuir com a formação de prova contrária ao seu interesse, salvo se não houver outro meio de produção de prova.

b) A defesa técnica em processo penal, por ser garantia exclusiva do acusado, pode ser por ele renunciada, desde que haja expressa manifestação de vontade homologada pelo juiz competente.

c) O princípio do juiz natural impede a criação de tribunais de exceção.

d) O art. 20, do CPP, que garante o sigilo das investigações no inquérito policial, não foi recepcionado pela Constituição Federal, que previu expressamente o princípio da publicidade.

e) o direito ao julgamento em prazo razoável é uma garantia ao Acusado, que não está previsto na Constituição Federal, mas apenas no Código de Processo Penal.

**47.** Na condução do inquérito policial, o Delegado de Polícia, sempre pautando suas ações pela legalidade, também se sujeita à algumas orientações que envolvem as características do procedimento administrativo, exceto:

a) discricionariedade na definição do rumo das investigações.

b) sigilo na apuração da infração penal.

c) inquisitorialidade, não se aplicando em regra, o contraditório e ampla defesa.

d) disponibilidade do Inquérito Policial.

e) dispensabilidade no caso de já existirem elementos para a propositura da ação penal.

**48.** Ataliba Neto sofreu difamação, mas veio a falecer dentro do prazo decadencial de seis meses, antes de ajuizar ação contra o ofensor. Ele não tinha filhos e mantinha um relacionamento com Julieta Cristina, em união estável reconhecida. Ataliba Neto era filho único e tinha como parente próximo seu genitor. Nesse caso hipotético, o ajuizamento de ação pelo crime de difamação que é de ação penal privada na situação em apreço:

a) somente poderá ser promovido pelo genitor de Ataliba Neto.

b) poderá ser realizado pelo Ministério Público.

c) poderá ser realizado por Julieta Cristina.

d) não é cabível, diante da morte de Ataliba Neto.

e) deverá ser realizado por curador especial, a ser nomeado para essa finalidade.

**49.** Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta:

a) Ante a inércia do Ministério Público, pode o ofendido dar início à ação penal, por meio do oferecimento de Queixa-Crime, mesmo nos crimes que são processados mediante ação penal pública incondicionada.

b) Apenas nos crimes processados por ação penal pública condicionada à representação, inerte o Ministério Público, pode o ofendido dar início à ação penal mediante queixa-crime.

c) Somente nos crimes processados mediante ação penal pública incondicionada, na inércia do Ministério Público, pode o ofendido oferecer a denúncia.

d) Se o Ministério Público não oferecer denúncia no prazo legal, pode haver ação de iniciativa privada nos crimes de ação penal pública quando se dará a ação penal privada personalíssima.

e) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, na inércia do Ministério Público, pode o ofendido dar início à ação penal pública condicionada à representação da vítima.

**50.** A respeito de julgamento por tribunal do júri, assinale a opção correta.

- a) Admite-se a juntada de documento novo para leitura em plenário desde que efetivada a qualquer tempo antes do início da sessão de julgamento.
- b) A instalação da sessão de julgamento sem o número mínimo legal de quinze jurados não acarreta a nulidade do julgamento.
- c) O desaforamento é permitido na pendência de recurso interposto contra a decisão de pronúncia.
- d) Os jurados poderão requerer a leitura de peças que se refiram, exclusivamente, às provas colhidas por carta precatória e às provas cautelares, antecipadas ou não repetíveis.
- e) não torna nulo o julgamento ulterior pelo júri a participação de jurado que funcionou em julgamento anterior do mesmo processo, embora cindido.

**51.** Sobre as decisões na primeira fase do Júri, assinale a alternativa correta:

- a) A sentença será de desclassificação quando o magistrado se convencer que não existem indícios suficientes que atribuam a autoria ao acusado.
- b) A sentença de absolvição sumária dá-se quando o juiz se convencer, em discordância com a acusação, da existência de crime diverso dos da competência do Tribunal do Júri, e não for competente para o julgamento.
- c) A sentença será de pronúncia quando o magistrado ficar convencido da possibilidade de ter havido crime doloso contra a vida e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação do acusado.
- d) A sentença de impronúncia é oriunda do reconhecimento da inexistência do fato, ou por não ser o acusado autor ou partícipe do delito, ou o fato não constituir infração penal ou ainda ficar demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão de crime.
- e) A decisão de desclassificação e de impronúncia são hábeis a inaugurar a segunda fase do rito do Júri.

**52.** No que diz respeito à citação, é certo que:

- a) No processo penal, a citação necessariamente será real.
- b) A citação por mandado se dará por meio dos Correios.
- c) A citação por carta precatória dar-se-á quando o réu está em local conhecido, mas fora da jurisdição do juízo processante.
- d) A citação por carta rogatória ocorre quando o réu está em local incerto e não sabido.
- e) A citação por edital dar-se-á nas situações em que o réu estiver se ocultando ou dificultando a citação.

## LEGISLAÇÃO

**Tiago Zanolla**

**53.** Segundo o Código de Normas, a gerência do cartório deverá ser voltada para o atendimento dos seguintes objetivos, exceto

- a) centralização da metodologia de trabalho visando ao melhor gerenciamento das atividades cartorárias;
- b) simplificação dos procedimentos a serem adotados nas diversas áreas de aplicação dos serviços judiciais;
- c) capacitação dos servidores para desempenho das diversas etapas do processamento integrado;
- d) fortalecimento da função de chefia e liderança do Chefe de Serventia e seu constante aprimoramento;
- e) aperfeiçoamento dos serviços judiciários.

**54.** Caso um advogado retenha indevidamente autos do processo, o Chefe de Serventia ou servidor a sua ordem dará cumprimento à ordem legal intimando o advogado a restituí-los no prazo de

- a) 24 horas
- b) 48 horas
- c) 3 dias
- d) 5 dias
- e) 10 dias

**55.** Considere

- I - Assessoria Técnica;
- II - Serviço Administrativo;
- III - Serviço de Apoio às Audiências e Sessões;
- IV - Divisão de Processos Judiciais e Extrajudiciais;
- V - Serviço de Processamento Cível e Criminal;

Conforme estabelecido a Resolução do Órgão Especial n. 01, são Unidades da Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

- a) Apenas em I, II e III
- b) Apenas em I, II, III e IV
- c) Apenas I e II
- d) Todos os itens
- e) Apenas em I, III, IV e V

**56.** De acordo com a Consolidação Normativa Judicial, o processo de extinção de condomínio será autuado pela capa

- a) Branca
- b) Rosa
- c) Verde
- d) Cinza
- e) Nenhuma das alternativas

**57.** Segundo a Consolidação Normativa Judicial, não condiz com o normativo a seguinte função do Chefe de Serventia

- a) exercer todas as atribuições de direção de serventia previstas na legislação em vigor;
- b) exercer a chefia direta da serventia, organizando, comandando e supervisionando todos os seus serviços e atividades, segundo as diretrizes traçadas pelo respectivo Juiz, obedecidas as instruções gerais baixadas pela Corregedoria Geral da Justiça;

c) cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais e os preceitos legais vigentes;

d) comparecer, sempre que possível, à serventia do juízo, cumprindo a carga horária de trabalho que lhe for estabelecida;

e) controlar a frequência diária dos servidores vinculados à sua serventia, em livro ou outro meio apropriado;

**58.** Segundo a Consolidação Normativa Judicial, assinale o ato do Chefe da Serventia para o qual é necessária delegação do magistrado

- a) manter conduta irrepreensível na vida pública e privada;
- b) facilitar, por todos os meios e formas, as atividades de inspeção, fiscalização e correição (ordinária e extraordinária) por parte das autoridades judiciárias competentes;
- c) fiscalizar o correto recolhimento dos tributos e demais valores devidos;
- d) certificar, com antecedência de pelo menos 5 (cinco) dias da audiência, se todas as diligências necessárias para sua realização foram concretizadas, suprindo as irregularidades ou omissões e fazendo conclusões dos autos, se for o caso, podendo designar servidor para fazê-lo;
- e) anotar a licença médica ou para acompanhar pessoa da família, somente após a comprovação pelo servidor de solicitação da licença;

**59.** A verificação do exato recolhimento das custas e taxa judiciária antes da prática de qualquer ato decisório ou a ser praticado por servidor auxiliar do juízo, cabe

- a) Exclusivamente ao Contador Judicial
- b) Exclusivamente a serventia processante
- c) Exclusivamente ao Distribuidor
- d) A Serventia Judicial e ao Setor de Protocolo (PROGER)
- e) A Direção do Fórum ou ao Contador Judicial

60. João Carlos tem 59 anos, Maria 67, Márcio 82 e Pedro 55. Segundo a Consolidação Normativa

Judicial, terão prioridade de atendimento nas dependências das serventias judiciais:

- a) Apenas Márcio
- b) Carlos e Maria
- c) Carlos, Maria e Pedro
- d) Maria e Márcio
- e) Maria, Márcio e João Carlos



**Estratégia**  
Concursos

## Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-TJRJ-Técnico-20-09-20>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>